

Boletim

Estatísticas Públicas

6

ANIPES

Conselho editorial

César Vaz de Carvalho Jr., José Eustáquio Diniz Alves
José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães,
Nelson de Castro Senra, Paulo Martino Jannuzzi,
Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho, Salvatore Santagada

Editor

Paulo de Martino Jannuzzi

Correspondência e submissões de trabalhos

anipes@seade.gov.br

Secretária editorial

Simone Loureiro

Produção gráfica

Oficina Editorial

Estatísticas Públicas é um boletim técnico-científico voltado à discussão de questões relacionadas à produção, tratamento metodológico, análise e disseminação dos dados sociais, demográficos, econômicos, ambientais no Brasil.

Com exceção do Editorial, nenhuma contribuição aqui publicada reflete necessariamente a posição do Conselho Editorial ou de qualquer de seus membros.

Boletim Estatísticas Públicas, n. 1, (2005-)

Salvador: ANIPES, 2009

n. 6

Boletim eletrônico (WWW.anipes.org.br)

ISSN 1808-1320

1. Estatísticas públicas. I. Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística.

CDU 311.3 (055)

As estatísticas como objeto de estudo¹

Nelson de Castro Senra

Doutor em Ciência da Informação. Pesquisador e professor no IBGE, Rio de Janeiro, Brasil.

Hernán González Bollo

Doutor em Sociologia. Pesquisador CONICET, Instituto de Estudios Histórico-Sociales, Tandil, Argentina.

De 12 a 15 de novembro de 2010, a “Sociedade Brasileira de História da Ciência” (SBHC)², fundada na cidade de São Paulo em 1983, estará promovendo seu 12º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, na cidade de Salvador, nas dependências da Universidade Federal da Bahia. Junto, tendo por objetivo precípuo a reativação da “Sociedade Latino-Americana de História da Ciência e da Tecnologia”, estará sendo realizado seu 7º Congresso.

Pois este ano, pela primeira vez, haverá um simpósio focalizando as estatísticas como objeto de estudo, e não como meio de análise: “*As instituições estatísticas oficiais: conceitos, medições, comunidades profissionais e a criação de políticas públicas*”. Foi uma idéia de Nelson de Castro Senra, que logo recebeu aceitação entusiástica de Hernán González Bollo, quando, então, ambos passaram a trabalhar

em colaboração, elaborando a proposta enviada à SBHC, como segue:

Alargando o interesse consagrado pelas estatísticas como meio de análise (formulação de políticas públicas, de avaliação de hipóteses de trabalho, etc.), as três últimas décadas assistiram a uma crescente valorização das estatísticas como objeto de estudo, atraindo a atenção de estudiosos com diferentes formações. Pois este simpósio procurará aprofundar esta tendência, promovendo uma aproximação de pesquisadores – voltados à história política e social e à sociologia da ciência –, ainda dispersos no Brasil e nas Américas, para, juntos, com seus estudos, estabelecerem estratégias comuns de ação

Entendam-se as estatísticas como mensurações convencionadas, ou seja, como sendo construções. Mas, não se vê o que se quer ver, e sim o que se pode ver, de acordo com os métodos / técnicas de pesquisa e os discursos sociais dominantes em cada período histórico. Elas são imagens objetivas de “mundos” distantes e ausentes, fazendo-os próximos e presentes, portanto, conhecidos e, por isso, pensáveis e governáveis (expressam a população, a sociedade e a economia num território). Elas são formas de saber (tecnologia de distância) e fonte de poder (tecnologia de governo), e são formadoras dos espaços de gestão dos coletivos sociais (tecnologia de subjetivação).

Sob essa visão, pode-se debater (1) as tradições nacionais nos sistemas estatísticos; (2) a conformação de uma mentalidade estatística na sociedade; (3) a gradual formação das instituições estatísticas no âmbito dos Estados (das agências de controle aos modernos centros de pesquisa plenamente autonomizados), em seus vínculos políticos, científicos (vários campos) e burocráticos; (4) a conformação de uma comunidade de especialistas (com uma específica deontologia), em somatório de diferentes formações; (6) a ulterior circulação das estatísticas, em suas aplicações acadêmicas, em seus usos na gestão

1 Resumos dos estudos inscritos no simpósio “*As instituições estatísticas oficiais: conceitos, medições, comunidades profissionais e a criação de políticas públicas*”, na reunião anual da SBHC – Sociedade Brasileira de História da Ciência, em Salvador, de 12 a 15 de novembro de 2010. Quando este Boletim estiver circulando, o referido simpósio já terá sido realizado. Contudo, este texto está sendo escrito, em setembro / outubro, antes de sua realização, razão porque o aponta como ação futura.

2 Vale realçar que a SBHC é filiada à “International Union of History and Philosophy of Science – Division of History of Science and Technology” (IUHPS / DHST).

Comunicações de Pesquisas

Boletim Estatísticas Públicas • n. 6 • Salvador, novembro 2010

pública, e em suas assimilações no imaginário social. Ademais, diversos enfoques temáticos serão possíveis: classificações (atividades, ocupações, etc.), cadastros (pessoas, empresas, territoriais, etc.), conceitos (família, religião, raça / cor, etc.), processos (censo e amostra; técnica e tecnologia; formas de registros), temas (município e municipalismo, educação, pobreza, criminalidade e segurança pública, etc.).³

Feito o envio da proposta, ela foi aprovada sem restrições. Assim, os até então autores, passaram à categoria de coordenadores, tratando de contatar pesquisadores em diferentes países, conclamando-os à participação. A recepção foi excelente, e logo houve 23 (vinte e três) resumos inscritos (24 era o máximo aceitável), envolvendo 34 (trinta e quatro) renomados pesquisadores de cinco países: Argentina, Brasil, Canadá, México e Uruguai.

Em boa medida, essa ótima recepção prossegue trabalho anterior, iniciado em final de 2008, entre Hernán Otero, da Argentina, e Jean-Pierre Beaud, do Canadá, de um lado, e, de outro, entre Nelson de Castro Senra, do Brasil, e Claudia Daniel, da Argen-

tina. Daí, em junho de 2009, promoveu-se em conjunto dois eventos, ambos intitulados “As estatísticas latino-americanas em perspectiva histórica”, a saber: uma sessão da “Latin American Studies Association” (LASA), na reunião havida no Rio de Janeiro; e um dia inteiro de debates havidos no “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (IBGE). Desses eventos resultou a publicação, editada pelo IBGE em 2010, “Estatísticas nas Américas. Por uma agenda de estudos históricos comparados”. Foi organizada por Nelson de Castro Senra e por Alexandre de Paiva Rio Camargo, que também fizeram sua introdução, cujo início, por sua atualidade, merece reprodução, como segue:

Nas três últimas décadas, mundo afora, as estatísticas se tornaram objeto de estudo, atraindo a atenção de pesquisadores das mais diversas formações: demografia, economia, história, filosofia, saúde coletiva, sociologia, antropologia, ciência política, ciência da informação, entre outras. Foi algo novo, já que o comum era tomar-se as estatísticas como meio de análise, servindo-se delas para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas, para amparar decisões no mundo dos negócios, bem assim, os interesses dos acadêmicos, na elaboração de hipóteses de trabalho, validando-as ou negando-as, dessa forma, confirmando ou refutando os postulados científicos. Nessas ocasiões, todo usuário ou estudioso cuidadoso, debruça-se sobre as metodologias das pesquisas geradoras daquelas estatísticas, de modo a verificar suas fronteiras de realizações, fazendo emergir suas limitações e potencialidades. Então, em meio a essa situação dominante, tomar as estatísticas como objeto de estudo, vendo-as em suas intimidades, e nas intimidades das instituições que detêm ou disputam o monopólio de sua produção e análise, foi algo de fato novo. Trata-se de um novo recorte epistemológico, que avança na construção social de um conhecimento, o conhecimento de como as sociedades quise-ram se ver, e de como, no amparo das ciências e das técnicas, puderam se ver pelos números

3 Na ocasião, Hernán González Bollo fez uma síntese dessa proposta em espanhol, como segue: “Las tres últimas décadas asistieron a una creciente atención de las estadísticas y censos como objeto de estudio entre investigadores de diferentes formaciones académicas (Sociología de la ciencia, Historia intelectual, política y social). Este Simposio procura profundizar esta tendencia entre investigadores de Brasil, América Latina y América anglosajona para, juntos, establecer estrategias comunes de indagación continental sobre una actividad, a la vez, científica y burocrática. Sin agotar las alternativas posibles, proponemos un diálogo sobre: a) la formación, consolidación y expansión de los sistemas estadísticos; b) la conformación de comunidades científicas y de redes internacionales de expertos; c) el análisis de la recepción, adaptación y/o producción de conceptos, nomenclaturas y técnicas estadístico-censales; d) impacto de las mediciones oficiales en los imaginarios sociales y en la formulación de políticas públicas.”

Comunicações de Pesquisas

Boletim Estatísticas Públicas • n. 6 • Salvador, novembro 2010

e agregações estatísticas. Desses estudos, não raro, emergem melhores apreensões das histórias nacionais, quando não mesmo completas revisões delas, com novos enfoques e aportes historiográficos.

Falar no estudo das estatísticas significa falar do estudo das trajetórias das instituições estatísticas, das tradições nacionais dos sistemas de classificação e mensuração, da cultura científica de um grupo distinto de profissionais, sem esquecer a utilização social das estatísticas como exercício ou contestação das formas de dominação. Uma perspectiva analítica desta ordem implica discutir as *razões* de terem sido feitas e os *modos* como foram feitas e apropriadas as estatísticas, seguindo uma extensa gama de contribuições teóricas, que buscam desnaturalizar conceitos e categorias de percepção da realidade, para ampliar a compreensão sobre a racionalidade dos processos científicos. Imbuídos deste fim, diversos estudos pioneiros sobre as estatísticas fizeram uso de diferentes referências teóricas, tais como a arqueologia do saber de Michel Foucault, o mercado de bens simbólicos de Pierre Bourdieu e a etnografia da ciência de Bruno Latour. Autores como Alain Desrosières, Theodore Porter, Ian Hacking, Nikolas Rose, Donald Mackenzie, Stephen Stigler, Joseph Duncan, Margo Anderson, entre outros são referências obrigatórias nessas contribuições. Em tais iniciativas, é comum haver foco na análise histórica (nem sempre, vale frisar, feita por historiadores de formação, com seus métodos próprios).

Como seja, esses diferentes enfoques, essas distintas formas de ver, apreender e resolver problemas, pedem, exigem mesmo, diálogo, de modo a serem ampliados em significação; se isso é fato num mesmo país, configurando uma comunidade de interesses, formulando redes sociais de pesquisadores, mais ainda o será entre países. E promover estudos entre países, fazendo enfoques comparados, é algo de valor, bastante tentador; por eles, evitam-se os anacronismos, ampliam-se os horizontes, ganha-se densidade

na compreensão dos casos particulares. Do mesmo modo, assumem contornos mais nítidos as temporalidades específicas de cada Estado, de cada sociedade, bem assim as influências mútuas entre os países de uma mesma região. Estudos nacionais e estudos regionais precisam ser estimulados e viabilizados. Sem dúvida, um desafio a ser enfrentado. Não é tarefa fácil transitar nesses espaços, até mesmo nos espaços nacionais. Contudo, ao contrário do que parece à primeira vista, superar as fronteiras, em lugar de ser uma dispersão de esforços, pode bem ser um fator de estímulo e de fortalecimento aos estudos nacionais, contribuindo na conformação de um campo de pesquisa sólido e consistente.

Nos países americanos, infelizmente, não há tais estudos, sejam os nacionais, sejam os regionais, na abundância que já se encontra em outros países, em especial os europeus. Não obstante, há estudos valiosos, feitos por estudiosos extremamente competentes. Em cada país, as comunidades de especialistas, voltadas a esses estudos, ora são sólidas, e unidas, ora são dispersas, e pouco falam entre si; mas, em geral, são pequenas, ainda em formação. A razão disso, de fundo histórico, por certo estará revelada nas pesquisas históricas, mostrando, a cada tempo, os modos de ver as estatísticas e os modos de ver o Estado e a sociedade através das estatísticas, entendidas como instrumento cognitivo e administrativo.

Há estudos em vários espaços, cada um marcando um olhar específico sobre as estatísticas: universidades, centros acadêmicos e institutos nacionais de estatística. Os casos predominantes, todavia, são os de iniciativa acadêmica, contando algumas vezes com o apoio das instituições estatísticas, ora com recursos, ora com estímulos intelectuais, ora com recuperação de acervos documentais, facilitando o acesso aos estudiosos. Esses espaços, isolados ou em parceria, terão agendas próprias de pesquisas, que, ainda assim, embora reflitam interesses específicos, muito ganham se houver diálogos, francos

Comunicações de Pesquisas

Boletim Estatísticas Públicas • n. 6 • Salvador, novembro 2010

e abertos, com disposição de colaboração, seja no âmbito nacional, seja no regional.

Pois é nesse contexto que o simpósio foi pensado e proposto, e, a nosso juízo, foi por essas razões mesmas, expostas nessa introdução, que recebeu tão boa recepção, abrindo uma perspectiva animadora⁴, a ponto de levar Jean-Pierre Beaud, do Canadá, a sugerir duas discussões paralelas em Salvador: 1) *“Je me demande s’il ne serait pas souhaitable de profiter de l’occasion (le symposium de Salvador) pour mettre sur pied une association qui fédérerait les actions de tous ces collègues: pourquoi pas une “Association des Amériques pour l’histoire de la statistique et du calcul des probabilités” ou quelque chose du genre?”* (em email de 05 de agosto); 2) *“Dans un autre ordre d’idées, il faudrait peut-être aussi réfléchir (lorsque nous serons réunis à Salvador) à la création d’un bulletin ou journal électronique qui accueillerait des travaux sur l’histoire de la statistique et du calcul des probabilités dans les Amériques”* (em email de 20 de agosto).⁵

Enfim, antes de seguir adiante, apresentando e comentando os resumos enviados ao simpósio, valerá registrar a proposta de realização de um mini-curso, *“Estatísticas Públicas: de fontes a objetos de pesquisa histórica”*, feita por Alexandre de Paiva Rio Camargo, doutorando em Sociologia, pelo IESP / UERJ (antigo IUPERJ), e por Claudia Daniel, doutora em Sociologia, pela Universidade de Buenos Aires, com o seguinte conteúdo:

O presente mini-curso tem por objetivo apresentar as potencialidades das estatísticas públicas

para a historiografia das relações entre Estado e sociedade, dedicando-se à análise das condições históricas de produção e circulação do saber estatístico, com ênfase nos casos brasileiro e argentino. Pretende-se mostrar como as estatísticas configuram um valioso meio de análise para a formulação das políticas públicas e hipóteses de pesquisa (por exemplo, na demografia histórica, nos estudos sociais e na saúde pública), mas, sobretudo, avançar nesse entendimento para explicitar seu estatuto particular de objeto historiográfico.

Nesta direção teórica, parte-se de uma literatura especializada que reivindica a especificidade das estatísticas públicas diante da reflexão sobre outras ciências. De um lado, o Estado demandante detém o monopólio de sua produção (fonte de legitimidade das estatísticas) e confere realidade normativa aos seus referenciais (números, índices e categorias estatísticas) que mediam o debate social, induzindo ao consenso os coletivos sociais e fundamentando tecnicamente as decisões burocráticas. De outro lado, o processo de elaboração das categorias de classificação (sociais como “cor / raça” e “religião”, econômicas como “emprego” e “rendimento”) retrabalha substratos conceituais tomados de empréstimo às ciências e ao pensamento social (fonte de credibilidade das estatísticas), operando complexas traduções (no sentido latouriano) e cristalizando representações sobre o mundo circundante.

Tomando as estatísticas públicas nas duas dimensões acima descritas, o mini-curso pretende pensar os usos sociais que nortearam a produção e a circulação deste saber, a partir da historicidade do Estado e da ação pública. Para tanto, serão abordadas algumas generalidades da história da estatística, especialmente no tocante à questão das grandes tradições nacionais, como a aritmética política inglesa (originada no século XVII), a estatística descritiva alemã (que remonta ao século XVIII) e o centralismo censitário francês (que se estabelece no século XIX). Pretende-se refletir sobre os impactos destas tradições na

4 No momento em que escrevemos este texto, temos a excelente perspectiva de virmos a editar os textos completos do simpósio num número especial da série *“Estudos e Pesquisas”*, da *“Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia”* (SEI / BA), por visão especial de seu Diretor-Geral, José Geraldo Reis, contatado, a nosso pedido, por não o conhecermos pessoalmente, por César Vaz de Carvalho Júnior.

5 Nas próximas semanas um “Grupo de Pesquisa do CNPq” será oferecido à comunidade de pesquisadores, sob o título (ainda provisório) de “Núcleo de Estudos Históricos e Sociais das Estatísticas”. Terá Nelson de Castro Senra como líder, e será agregada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE.

Comunicações de Pesquisas

Boletim Estatísticas Públicas • n. 6 • Salvador, novembro 2010

moldagem das experiências de modernização estatística que se quer estudar, tanto nos Estados historicamente mais liberais (como o argentino) quanto nos mais centralizados e/ou autoritários (como o brasileiro).

Passemos, então, aos 23 (vinte e três) resumos recebidos, que, para fins de exposição nos três dias de efetivo trabalho do simpósio, de 13 a 15, foram assim agrupados, tentando ao máximo associar estudos afins, não sem o risco de termos cometido impropriedades, justificadas, contudo, pela exigência de partição em três dias; tivesse havido mais dias, por certo os grupos de textos poderiam ter sido diferentes, e os tempos de debate maiores.

1º dia de exposição, 13, seis estudos que focalizam diferentes temáticas, a saber: o texto 1 (da Argentina) trata da criação de novos indicadores, tendo em vista melhor conhecer a pós-graduação na Universidade de Córdoba, e nela bem atuar⁶; o texto 2 (da Argentina) trata das estratégias das instituições estatísticas nacionais para a produção de estatísticas harmonizadas (entre países)⁷; o texto 3 (do Uruguai) trata dos papéis mais e mais atribuídos aos sistemas de informação na gestão das políticas sociais de combate à pobreza; os textos 4 e 5 (do Brasil) tratam das estatísticas criminais (e afins) no Brasil, num enfoque informacional, e também social, a receberem crescente atenção (ao longo do tempo), tanto dos órgãos oficiais, quanto dos ambientes acadêmicos; o texto 6 (do Brasil) trata da política pública de inclusão social dos estudantes baianos no ensino universitário.

6 Este texto apresenta relações com o texto 6, apresentado neste mesmo dia.

7 Este texto apresenta relações com os textos 21, 22 e 23, a serem expostos no terceiro dia.

1. Sistema estadístico para el seguimiento de políticas de posgrado. Experiencias en la UNC; por Ana Baruzzi, Mónica Balzarini, Alicia Maccagno, Cristina Somazzi, Nicolás Esbry

La Universidad Nacional de Córdoba (UNC), una de las más antiguas de Sudamérica, ha entregado más de 17.000 títulos de posgrado en los últimos 200 años. Sin embargo, la formación de posgrado se activó significativamente a fines de la década de los noventa, a partir de la creación de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria (CONEAU) y de aplicación de la Resolución Ministerial 1168/97, que establece los estándares y criterios para carreras de posgrado. Existe actualmente una amplia oferta de más de 160 carreras, para los niveles de Especialización, Maestría y Doctorado en todas las áreas disciplinares abarcando las ciencias básicas, humanas, sociales, aplicadas y de la salud. Los indicadores usuales para el seguimiento de las políticas de posgrado se han referido casi exclusivamente a las matriculas y a los egresos. La generación permanente de nuevas áreas del conocimiento, la interdisciplinariedad creciente, la importancia de la formación de recursos humanos, la estrecha vinculación entre la formación de posgrado del plantel docente y la investigación, son factores que nos han llevado a definir y determinar nuevos indicadores estadísticos que reúnen información de posgrado. En este trabajo se presentan los resultados de este estudio estadístico, que son los que nos permitirán diseñar y monitorear nuevas acciones para mejorar las políticas y la formación de posgrado en la Universidad Nacional de Córdoba. Además de las matrículas y egresos por área disciplinar y tipo de carrera, consideraremos la expansión temporal y diversificación de la oferta académica en los últimos años, la relación entre la formación de grado y posgrado en las distintas áreas y niveles de posgrado. Se evalúa también la relación entre el nivel de posgrado de los docentes de la UNC, considerando dedicación y cargo, y sus proyectos de investigación subsidiados por distintos

organismos de Ciencia y Técnica. A partir de esta investigación y de las nuevas acciones que surjan, se espera mejorar no sólo la calidad académica del posgrado, sino también potenciar la sinergia entre la formación de recursos humanos y el desarrollo de la investigación científico-técnica de la institución.

2. Reflexiones sobre la producción de datos sociodemográficos en la Argentina de los 2000; por Alicia Gómez; María Fernanda Olmo; Gladis Massé

Durante las últimas décadas se extendió ampliamente la tendencia a nivel mundial que los Institutos de Estadísticas de los diferentes regiones del mundo establecieran estrategias comunes de producción de datos sociodemográficos siguiendo al menos tres etapas. La primera consistió en la compatibilización de datos para la producción de información comparable a nivel región. En la segunda se avanzó en la armonización y compatibilización de definiciones y nomenclaturas y en la tercera se logró la aplicación de relevamientos en forma conjunta. Argentina, como otros países latinoamericanos, participa en las actividades organizadas para tal fin, asumiendo compromisos que se suman a sus funciones internas específicas, generándose de este modo un producto “dato” complejo y difícil de aprehender por parte de los usuarios no especializados que tienden a no utilizarlo o bien a tomarlo como válido *per se*. Conocer la producción de los datos nacionales como constructora-construida de/por los imaginarios sociales resulta útil y pertinente. Esta propuesta tiene como objetivo realizar una síntesis sobre las características generales de producción de información de las fuentes de datos sociodemográficos de Argentina, que participa en organismos supranacionales (MERCOSUR, Comisión de Estadísticas de las Américas, CEA y afines). Se consideraran el marco normativo jurídico legal vigente, las características del sistema estadístico nacional y la producción de información a través

del análisis de estadísticas sobre condiciones de vida y medición de la pobreza con datos censales, en la década de los 2000. Estos aspectos se desarrollarán atendiendo, entre otras características, a las relaciones con los usuarios gubernamentales y no gubernamentales, la aplicación de metodologías y procedimientos y la difusión e impacto de sus resultados. Se utilizarán fuentes bibliográficas y documentales sin pretensión de ser un análisis empírico exhaustivo, sino mas bien un aporte basado en la reflexión fundada en la experiencia de producción estadística y la investigación académica. Procura contribuir a la construcción, desarrollo y fortalecimiento “la estadística oficial”, herramienta fundamental para el conocimiento de la situación demográfica, económica y social de nuestros países y la democracia participativa.

3. Nuevas formas de vigilancia poblacional. El papel de los sistemas de información; por Laura Vecinday

La ponencia se propone analizar el creciente papel otorgado a los sistemas de información en la gestión de las políticas sociales de combate a la pobreza. Dicha tendencia se ha visto reforzada como consecuencia de las transformaciones y avances tecnológicos registrados en el campo de la informática. Asimismo, la incorporación de estas transformaciones tecnológicas en el campo de la protección social encuentra oportunidades ofrecidas por la actual configuración socio-histórica de la modernidad, o más exactamente, de la denominada tardo-modernidad. La creciente tecnificación de los dispositivos de intervención sociopolítica permite la configuración de nuevas formas de gobierno y vigilancia poblacional. Sin embargo, estos dispositivos no sólo traen de nuevo la incorporación de los avances tecnológicos sino que se configuran en un contexto de fuerte individualización social en el que entender los “problemas sociales” en tanto

handicaps individuais o familiares se vuelve legítimo. En ese sentido, comprender la tecnificación de los dispositivos de protección social no se reduce a listar las innovaciones y su incorporación a la gestión de lo social, sino que exige la comprensión de las condiciones socio-históricas y las racionalidades que posibilitaron tal incorporación, que imprimen una orientación y dotan de una materialidad concreta a cada dispositivo. La protección social asume formas individualizadas configurando nuevas formas de gobierno y vigilancia poblacional en las que, en términos foucaultianos, se articulan las “tecnologías de seguridad”, en tanto modos de regular, objetivar y controlar la experiencia con apoyo en el cálculo estadístico y el trabajo experto, y las “tecnologías del yo” que permiten a los individuos operar sobre el automodelaje de sus comportamientos. La necesidad creciente de identificar, contar y clasificar a la población beneficiaria de las prestaciones asistenciales demuestra la consolidación de una modalidad de asistencia orientada por una racionalidad técnico-burocrática de gestión. Respondiendo a este requerimiento, inscripto en la lógica de la individualización de la protección social, se ponen en juego instrumentos que permiten realizar estas operaciones con los beneficiarios de la asistencia mediante su incorporación en un campo documental. El trabajo se propone reflexionar acerca de estos tópicos, resumidamente señalados, a partir de la experiencia reciente en el campo de la protección social en el Uruguay.

4. Medindo o crime: uma análise da produção de estatísticas criminais no Brasil; por Herberth Santos

O Programa Nacional de Direitos Humanos, publicado em 21 de dezembro de 2009, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República traz, entre suas diretrizes, a urgente necessidade de maior transparência e participação popular no sistema de segurança pública e

justiça criminal do país e dá, dentre suas ações programáticas, grande destaque à necessidade de produção e divulgação trimestral de estatísticas criminais. Age-se, contudo, como se a produção de estatísticas criminais não passasse de uma simples constatação dos fatos. Este estudo, entretanto, assume uma visão diferenciada das estatísticas. Partindo da idéia de que a realidade é sempre conhecida por um processo de construção, não de constatação, admite-se a proposição de que as estatísticas, embora sejam revertidas de um saber e sintaxe que se querem universais, são compostas a partir de disposições e categorias delineadas em situações históricas específicas, constituindo-se em parte estruturante de um laborioso processo de construção social da “realidade”. Neste sentido, o objetivo deste estudo é revelar, a partir da história social da emergência do crime como um “problema social” e de sua categorização no universo jurídico ou quase jurídico, qual é a origem da demanda por estatísticas criminais no Brasil, quais são as especificidades desta produção, quais são os maiores dilemas, controvérsias, limites e desafios desta produção.

5. Um objeto em movimento: medindo crime, violência e segurança pública no Brasil; por Renato Sérgio de Lima

Não existe no Brasil um canal de disseminação que consiga dar um retrato nacional das políticas de segurança pública e das polícias e, de igual modo, fazer um balanço do impacto que cada um dos atores institucionais, aqui incluídas as universidades e agências de estatística, na geração de conhecimento sobre a área. Entre as razões, é possível destacar: A carência ou a dificuldade de acesso a dados e informações, na maioria dos estados do país. A idéia, ainda bastante disseminada, de que a polícia é quem faz, e é responsável por segurança pública e que, portanto, a política de segurança

publica nada mais e do que a política de emprego da polícia para redução do crime, da violência e da insegurança. A idéia, também bastante disseminada, de que os problemas do crime, da violência e da insegurança são decorrentes principalmente de condições e fatores de natureza econômica, social e cultural, e que polícias e políticas de segurança pública têm uma influência pequena ou, na melhor das hipóteses, moderada no grau de criminalidade e violência na sociedade e de insegurança da população. Uma certa confusão entre política criminal e política de segurança pública. Na medida em que o desenho de políticas criminais é, legalmente, uma atribuição das instituições de justiça criminal no Brasil como um todo, as tensões derivadas desse processo tendem a reforçar o debate sobre papéis e missões das Polícias, do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Sistema Carcerário, deixando de lado um debate sobre a efetividade de tal sistema em distribuir justiça e garantir segurança, essa, sim, foco da política de segurança pública. De igual modo, uma série de conceitos, nem sempre bem definidos, passaram a ser utilizados na literatura brasileira sobre a polícia e segurança pública nos últimos anos, com o objetivo de distinguir polícia e política de segurança pública: segurança cidadã, segurança urbana, política de defesa social, política pública de segurança. Todos sugerem que as políticas de segurança pública são mais abrangentes e tem objetivos mais amplos que as organizações e práticas policiais. Todavia, uma análise histórica das estatísticas da área indica que essa permanente tensão faz parte do processo das políticas públicas da área e retroalimenta procedimentos pautados na falta de transparência e na baixa participação da sociedade na formulação e execução dessas políticas. O estudo que se pretende apresentar tratará, dessa forma, do inventário da produção e uso de dados estatísticos por parte das instituições de segurança pública e, à luz do programa de trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, discutirá como técnica e política disputam espaço

na determinação das informações estatísticas que devem ser publicizadas.

6. Política pública e educação: o acesso ao ensino superior na Bahia; por Maria Raidalva Nery Barreto

Este trabalho tem como objetivo evidenciar a contribuição do Projeto Faz Universitário, enquanto política pública de inclusão social, no processo de viabilização do acesso e permanência do estudante baiano à universidade. Numa tentativa de propiciar uma maior reflexão a respeito do tema, utilizou-se na investigação o método indutivo, combinado com o comparativo, ancorados em pesquisas: bibliográfica, mediante a utilização de livros, enciclopédias, artigos de revistas, de jornais e periódicos em geral; documental, com a utilização da legislação específica, documentos oficiais, reportagens de jornal, registros acadêmicos, dados estatísticos de órgãos oficiais; e eletrônica, mediante o acesso via internet a revistas do gênero e sites especializados. No decorrer dos estudos, ficou evidenciado que as políticas públicas são de responsabilidade do Estado em atendimento aos anseios da população. No Brasil, apesar das políticas públicas, referentes à educação superior, possuírem aspectos históricos, demandas específicas, características quanto ao acesso e permanência nos cursos em instituições de educação superior privada, recebem influência dos princípios, diretrizes e ações delineadas pela UNESCO e pelo Banco Mundial. Enfocou-se, ainda, a avaliação do Projeto Faz Universitário, nos aspectos históricos, finalidade, acesso, concessão de bolsas de estudos, adesão, contrapartida e aproveitamento acadêmico. Propõe-se que só devem ser escolhidos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, com nota igual ou superior a quatro. Aconselha-se, ainda, que devem ser apreciados os relatórios dos cursos com os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) realizados nos últimos

cinco anos. Recomenda-se que seja informada a sociedade civil, através dos meios de comunicação e publicação em Diário Oficial, que o aluno tem direito a optar por qualquer curso oferecido pelas universidade/faculdades conveniadas. Sugere-se, ainda, algumas medidas a serem implementadas para viabilizar a execução e acompanhamento do Projeto Faz Universitário. A investigação apresenta como conclusão que o Projeto Faz Universitário se constitui em uma política pública que viabiliza parcialmente a inclusão social dos que tem acesso ao ensino superior e conseguem permanecer na universidade/faculdade para integralização dos seus cursos, pois o projeto democratiza o acesso ao ensino superior, porém necessita ser combinado a outras políticas institucionais e estatais de assistência estudantil.

2º dia de exposição, 14, oito estudos histórico-culturais referidos ao século XIX, a saber: o texto 7 (do Brasil) trata da elaboração das corografias ao tempo da colônia e do Império, criando informação, conhecimento e possibilidades de intervenção nas cidades⁸; o texto 8 (do Brasil) trata da criação de uma comissão, logo no início do Império, com vistas à criação de estatísticas que dessem condições de melhorias à administração pública; o texto 9 (do Brasil) trata da revolta popular contra duas medidas racionais de governo, a laicização do registro civil, e a realização do primeiro censo no Brasil, em meados do Império; o texto 10 (do Brasil) trata da revolta popular contra a adoção de medidas formais e oficiais (de peso, de volume, etc.), na segunda metade do Império, por pouco tendo reflexo negativo no trabalho de campo do censo de 1872 (primeiro censo feito no país); o texto 11 (do Brasil) trata do ordenamento da estatística de Minas Gerais, com foco nas estatísticas

8 Este texto apresenta relações com o texto 14, exposto neste mesmo dia.

educacionais, ao longo do Império; o texto 12 (do México) trata das estatísticas criminais no México, em seu lado “moral”, dando origem a tabuas estatísticas, em caráter “científico”⁹; o texto 13 (do México) trata da geração de tabelas e gráficos, e da arte ou da ciência necessárias para realizá-los, bem assim, trata dos vieses de análises que (quase sempre) introduzem¹⁰; o texto 14 (do México) trata da formação do pensamento estatístico, como instrumento para conformação da própria nação¹¹.

Corografias e Estatísticas: o esquadrihamento das cidades e do território no século XIX e a formulação de políticas urbanizadoras; por Margareth da Silva Pereira; Mário Magalhães

Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, o território brasileiro passa a ser objeto de observações - textuais, gráficas, quantitativas - cada vez mais finas. O país, em suma, será esquadrihado em letras, desenhos e números. Nesse esforço de descrição, a vontade de produzir um conhecimento “sistemizado” e “sistêmico” não será sem consequências. Ele está à base de uma tomada de consciência dos desafios e, sobretudo das potencialidades do território que tanto fomentará o esboço de políticas de planejamento econômico para o país de modo mais complexo quanto, mais tarde, os movimentos nativistas em prol da Independência. De fato, esse movimento, desde a instalação da Corte, ganhará a centralidade exigida pelos projetos de expansão territorial e econômica da Coroa e vemos assim a publicação, inclusive antes mesmo da Independência, da primeira “corografia” publicada com esse nome no país – a Corografia

9 Este texto apresenta relações com os textos 4 e 5, a serem expostos no primeiro dia.

10 Este texto apresenta relações com os textos 15 e 16, a serem expostos no terceiro dia.

11 Este texto apresenta relações com os textos 7, 12 e 13, expostos neste mesmo dia, bem assim, com os textos 15 e 16 a serem expostos no terceiro dia.

Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil, de Aires Casal, editada em 1817. Ora, o “espírito de sistema” que incita essa produção se apoia, em um primeiro momento, muitas vezes em uma atitude livresca, em dados lacunares e fragmentários e compila informações que se mostram rapidamente desatualizadas ou até mesmo errôneas, isto é, que não se sustentam a um exame mais rigoroso. Entretanto, rapidamente essa tendência se reverte. As possibilidades abertas após 1808 de um desvelamento empírico do país, graças a presença, inclusive, de um corpo de técnicos mais amplo e plural, com conhecimentos renovados graças a grande revolução cultural pós iluminista, dará espaço a estudos “in loco” que buscam extrair e codificar informações no “terreno” - seja a natureza, sejam as cidades. A Independência e o contexto de discussão dos projetos para uma nação autônoma privilegiará, assim, cada vez mais rapidamente um conhecimento “útil” que permeará a ação de várias figuras públicas.

É aqui que se desenham os elos entre o saber trazido por corografias e estatísticas e a reflexão sobre o papel e a função das cidades em geral, e de cada cidade em particular. Aberturas de estradas, construção de edifícios, organização de levantamentos e planos pelas Câmaras Municipais, após 1822 são as iniciativas visíveis de um mesmo desejo de conhecimento, ordem, correção e previsão que incide sobre as próprias diretrizes da criação de novos assentamentos populacionais em colônias ou vilas e dos investimentos materiais em regiões e cidades. De José Bonifácio a Pedro de Alcântara Bellegarde, passando por Daniel Pedro Müller ou Henrique de Beaurepaire Rohan: são numerosos aqueles que podem ser considerados estadistas, estatistas ou simplesmente reformadores e planejadores urbanos. A comunicação buscará explorar estes nexos apontando os elos entre saberes técnicos e artísticos e sublinhando o fundamental lugar das corografias e das estatísticas dentre os saberes urbanos.

8. A “*Comissão de Estatística Geográfica e Natural, Política e Civil*” da Corte (1829-1831; por Rafael de Almeida Daltro Bosisio

A “Comissão de Estatística Geográfica e Natural, Política e Civil”, criada por decreto de 25 de novembro de 1829, foi a primeira instituição brasileira a ter como função organizar a Estatística do Império brasileiro. Apesar de ter sido estruturada para um fim importante, voltada para melhorar a administração do Império, a comissão durou apenas um ano e oito meses e produziu poucos dados estatísticos. No intuito de compreender o papel dessa comissão e o porquê de seu desaparecimento, o trabalho aqui apresentado tem como objetivo central traçar um pequeno panorama da Estatística no Primeiro Reinado, traçando uma trajetória daquela instituição. A primeira parte compreende uma breve introdução sobre a importância da Estatística para a administração de um país, com enfoque na sua racionalidade instrumental. A segunda esboça a trajetória da Estatística durante o Primeiro Reinado, enfatizando o papel da Comissão de Estatística da Corte. E, por fim, uma pequena conclusão, que não esgota o assunto, deixando-o em aberto para futuras investigações.

9. *1851-1852, ao tempo do Império, o povo (sem senso?) contra o censo; por Nelson de Castro Senra*

No gabinete presidido pelo competente Marquês de Monte Alegre, o Brasil passou por diversas mudanças. Nas palavras de Joaquim Nabuco, aquele foi um “ministério forte que suprimiu o tráfico, dominou a revolução de Pernambuco [Praieira], derribou Rosas, e ao mesmo tempo lançou a base de grandes reformas”, com realce ao Código Comercial, a Lei de Terras e ao estímulo à migração estrangeira. E para dotar os governos das necessárias estatísticas, o gabinete decidiu laicizar o registro civil (nascimento, casamento e falecimento), retirando-o da atribuição

dos vigários, bem assim, fazer um censo, o primeiro com cobertura nacional. Em 18 de junho de 1851, dois decretos intentam essas medidas racionalizadoras e secularizadoras; por elas, o registro civil (laico) teria começo em 1º de janeiro seguinte, e o censo teria como data de referência o 14 de julho de 1852, e seria feito em três ou quatro meses. Logo vieram boatos, dizendo que a intenção daquelas medidas era escravizar homens pobres livres, e localizar escravos fugidos, e coisas assim. O povo, então, reagiu e tomou em armas (de nov1851 a fev1852), ocupando cidades e expulsando suas autoridades. O governo imperial reagiu de pronto: valeu-se da força das armas, e da força da fé (envolvendo os capuchinhos), dessa forma, retomando controle da situação. À época foram dadas três razões para o levante popular (conforme as filiações dos autores): ter sido uma ação de bandidos, e os havia muitos, e bem armados; ter sido uma reação dos vigários ao registro civil laico, que lhes tiravam poderes; ter sido ainda uma última batalha da Praieira. Documentos não registram líderes, o que dificulta a compreensão do movimento, por si, e pela grande extensão territorial em que aconteceu, atingindo várias províncias. Como tantas pessoas, em tantos lugares se envolveram? Qual o perfil desse povo? Agira sem senso? Nabuco oferece um perfil. Pois, mesmo tendo feito a paz, o governo suspende os decretos. Ora, por que não ficou o do censo, retirando somente o do registro civil? Por certo associados, conformando a estatística da população (estoque e fluxo), em tese, nada impedia manter o censo, que só se daria adiante. E mais, por que nos gabinetes seguintes (inclusive o da conciliação, presidido pelo poderoso Marquês do Paraná) não se falou em censo? Entretanto, o governo imperial estimulou o surgimento de uma sociedade estatística nos moldes da *Royal Statistical Society*, para promover a elaboração das estatísticas (sem maiores sucessos). E houve outras medidas que não renderam seqüência. Em seguida, diante da guerra contra o Governo de Solano Lopes, do Paraguai (1864-1870), a idéia seria adiada. E um

censo só seria feito em 1872 (no gabinete presidido pelo poderoso Visconde do Rio Branco, primeiro ocupante da cátedra de estatística na faculdade de engenharia), e o registro civil laico só seria implantado pela República em 1890 (sob leis vindas do Império). Foram vinte anos sem censo, em que o povo (sem senso?) perdeu. Afora o censo, que outras estatísticas eram disponíveis?

10. A revolta dos quebra-quilos: resistência e tradição; por Maria Verónica Secreto

Nos últimos meses de 1874 e durante 1875, várias províncias do atual Nordeste se viram afetadas por revoltas populares. Mas, na província de Minas Gerais, essa revolta se alastrou pelo ano de 1876. A revolta foi conhecida com o nome de Quebra-quilos, da mesma forma que foram chamados seus integrantes em alusão à destruição dos padrões de pesos e medidas que realizaram. A história está repleta de revoltas que tem a ver com as medidas. O peso do pão, a quantidade de trabalho prestado, a percentagem do tributo ou a medição do dízimo, o volume de trigo ou café colhido, a ração de alimento etc., foram motivo freqüente de revoltas. Não obstante na história dos quebra-quilos, a questão das medidas foi sempre deixada de lado, considerada como uma questão secundária ou “supersticiosa” de rústicos sertanejos. Não obstante, os “revoltosos” não tiveram como único objetivo inutilizar os padrões do novo sistema métrico em oposição à sua implantação. Em algumas províncias predominou uma oposição à unificação métrica; em outras, e avançado o ano 1875, a oposição à nova lei de recrutamento militar em algumas localidades, ainda foi uma clássica revolta contra os novos impostos. Também foi uma revolta contra a apropriação da Lei do Ventre Livre que tinham feito os senhores ajudados por funcionário e vigários: nas mãos dos escravos, diz Luciano Mendonça de Lima, a lei de 1871, também conhecida como Lei do Ventre

Livre, adquiriu sentidos diferentes do que muitos imaginavam. A revolta se agravou na proximidade do fim do ano. Próximo do Natal, cuja missa era de tempos imemoriais ocasião para a leitura das novas leis, multidões de livres e pobres se reuniam em torno das igrejas para evitar a leitura das novas leis que os prejudicariam. A estratégia de ação era “calar a voz que anuncia a lei, bloquear o enunciado e forçar a imposição do silêncio.” A ação para forçar o silêncio era a de romper a letra da lei, rasgar os decretos colados nas paredes das igrejas e edifícios públicos. Esta prática reflete “a batalha dos livres e pobres contra a voz e a palavra escrita do Estado, contra sua linguagem do poder. Em alguns lugares, os revoltosos foram chamados de “rasga-listas” por destruírem as listas do alistamento. A palavra escrita foi identificada como parte do problema ou o problema em si. Foram queimadas coletorias, destruídos cartórios, livros de registro de escravos etc. Trata-se de uma clara oposição às forças “centrípetas” do Estado e este era representado pela palavra escrita: a lei positiva opunha-se ao costume.

11. Tentativas de ordenamento da estatística mineira no século XIX: os dados educacionais e as listas nominativas; por Sandra Caldeira

A discussão relativa ao ordenamento da estatística, no século XIX, em Minas Gerais confunde-se com as formas de legitimidade do próprio Estado. A produção de estatísticas sobre os diversos setores da província era condição *sine qua non* para a condição de existência do campo político estatal no alvorecer do Império. Nesse sentido, as formas de repertoriar a população mineira de forma geral bem como sua população escolar, de forma específica, foram processos que, resguardadas suas especificidades, revelam ocorrências de tentativas de estabelecimento de um serviço de estatística naquela província. O objetivo desta comunicação é apresentar a fertilidade de ocorrências no âmbito da estruturação

da estatística mineira no período que antecede o primeiro recenseamento nacional de 1872. Algumas das realizações que evidenciam as tentativas de implementação de uma estrutura do serviço de estatística mineiro podem ser evidenciadas na lei nº. 46 de 18 de março de 1836 bem como nas proposições e pedidos dos presidentes da província solicitando a produção de mapas populacionais e de dados sobre a instrução pública primária que se realizaram entre as décadas de 1820 e 1860. Em comum estes documentos têm uma preocupação com a fabricação de uma realidade numericamente sustentada que dá existência ao Estado mineiro. Para os objetivos propostos elegemos como recorte temporal inicial a década de 1820, em que houve a produção das listas nominativas bem como a discussão sobre e necessidade de produção de estatísticas sobre a instrução pública. A década de 1870 é o limite final da pesquisa tendo em vista a realização do recenseamento ocorrido em 1872 que definiu algumas orientações para a organização posterior do serviço de estatística no país. A abordagem metodológica da pesquisa é a perspectiva histórica que se baseou na análise documental de algumas fontes, tais como: listas nominativas, relatórios dos presidentes de província e a legislação mineira do período em foco. Foi possível observar que, em Minas Gerais, desde 1820 foram se constituindo práticas de ordenamento estatístico que podem ser consubstanciadas nas listas nominativas, na produção de uma legislação específica além das tentativas de contagens populacionais realizadas por Silva Pinto (1775? 1869) entre as décadas de 1820 e 1860. Paralelamente percebe-se a produção de dados educacionais relativos às escolas de primeiras letras pelo trabalho dos delegados literários. Ainda que seja generalizada a constatação de que os dados produzidos não sejam confiáveis, tais informações dimensionam a população mineira e legitimam, em um duplo movimento, o campo (BOURDIEU, 1983) estatístico e a afirmação do Estado pela política de conhecimento e produção da nação.

12. *Las estadísticas de criminalidad en México en el siglo XIX y el imaginario nacional; por Letícia Mayer Celis*

Para el nuevo Estado Nación, no solo era importante contabilizar los recursos naturales, sino que resultaba más significativo averiguar sobre las personas y sus cualidades morales y antropomórficas. Del deseo de conocer a los habitantes de la nación surgió la conceptualización de “hombre tipo”. Esta noción no abarcaba un concepto universal, sino que se reducía a las características nacionales. No olvidemos que, en general, se estaban formando los estados nacionales y cada día era más importante la pregunta: ¿Quiénes somos? En esta nueva concepción desempeñó un papel preponderante la criminalidad: el aumento o disminución en la desviación de la norma social significó que una población era sana por naturaleza o desviada en forma determinante. La importancia del texto estadístico se centró en el tipo de información que podía extraerse y la interpretación que se le daba. Si una estadística reportaba baja criminalidad, el dato numérico no sólo hablaba de la existencia de pocos delincuentes, sino que culturalmente significaba que los mexicanos eran más sanos moralmente que los europeos y, por lo tanto, la población era excepcional. Dentro del mundo de interpretaciones a que dieron lugar las tablas secuenciales de la estadística, la comunidad científica de la primera mitad del XIX desarrolló una “ciencia” mucho más ligada al imaginario que a la realidad empírica: la estadística de la primera mitad del siglo XIX tuvo que ver con los deseos e ilusiones de los forjadores de la nueva nación.

13. *La visión estadística de lo patológico, tablas y gráficas de los cuerpos enfermos entre médicos del siglo XIX, México; por Laura Cházaro*

Generalmente ignoramos los cuadros, las tablas y las gráficas de los textos estadísticos. Los asumimos como complementos ó inocuos acompañamientos

de las estadísticas y sin embargo, no son auto-evidentes. La lectura e interpretación de las gráficas exigen una transformación en la cultura visual e importantes cambios en las prácticas científicas. Para crearlas, se exige una disciplina ó metodología, para usarlas el usuario requiere intervenir ó transformar sus capacidades de observación. La utilización de datos estadísticos o matemáticos en gráficas implican una creación disciplinada pues las gráficas y los cuadros son espacios de trabajo. En este ensayo me pregunto por las nociones medición estadística aplicada a la medicina, a fines del siglo XIX en México. Me pregunto cómo la ordenación de frecuencias, promedios y probabilidades estadísticas transformaron la visibilidad del cuerpo y las prácticas médicas a la hora de definir los límites, intensidades y formas de las patologías. Urgidos por abandonar las apreciaciones clínicas y buscando convertir su práctica en una ciencia, un grupo de médicos mexicano de la Academia Nacional de Medicina pugnó por cuantificar síntomas, medir la gravedad de la enfermedad y hacer pronósticos sobre los posibles cursos de curación o de la muerte del paciente. A partir de la medición sistemática de síntomas como la temperatura corporal, la frecuencia del pulso cardiaco ó el número de respiraciones esperaban determinar numéricamente si los síntomas eran normales ó patológicos. Una vez cuantificados, los graficaban porque creían poder inferir nuevos datos, sobre el pronóstico y gravedad de esas enfermedades. Se creía que si las manifestaciones patológicas de los pacientes podían expresarse en un plano bidimensional no sólo se ganaba en precisión, la belleza y la proporcionalidad de los cuerpos mostrarían qué cosa es normal y qué patológico. Ideales de belleza, regularidad y precisión parecen confundirse. En las formas de representación se revela que esas gráficas no sólo implican cuestiones de conocimiento, también una cultura visual, en este caso, relativa a la cuantificación, a la abstracción y a la belleza. En este caso, la apuesta de la medicina por la cuantificación y las gráficas fue convertir al cuerpo datos

representados en planos y gráficas. Pero, pronto los problemas aparecieron: ¿cómo representar el dolor, la sangre y el sufrimiento en una gráfica de barras? ¿Cómo abstraer lo patológico en un punto, con respecto al tiempo ó los grados de temperatura? Este estudio se pregunta por la cultura visual y estadística entre los médicos mexicanos del siglo XIX. Específicamente me interesan las técnicas de observación de las enfermedades a partir de los métodos estadísticos de medición de frecuencias de temperaturas y cómo con ello se transformó la visión de lo que es normal y patológico; lo bello y lo sano.

14. *El pensamiento estadístico, un instrumento de medición y conformación nacional en México en el siglo XIX*; por Ana María Medeles Hernández

Este trabajo analiza las mediciones estadísticas en México en el siglo XIX. El objetivo es articular un relato de las dimensiones metodológicas y epistemológicas de la conformación de los saberes, sujetos, objetos y prácticas de investigación social asociada a la medición que en diferentes dimensiones se cruza con el pensamiento estadístico de la época. En México las “Estadísticas”; memorias y ensayos científicos, fueron la tarea de científicos, burócratas y aficionados que buscaban recuperar la recién pasada historia de una independencia, describir su territorio y contar sus riquezas. Lejos de buscar teorías de explicación de “modelos sociales”, la experiencia misma del medir, edificó una práctica y forma de mirar “lo social”. En la búsqueda del “saber” sobre lo social el *pensamiento estadístico* conformó y construyó nuevos objetos de conocimiento. La construcción de la realidad sujeta a la cuantificación, produjo ensayos de regularidades en el conocimiento de “lo social”. El pensamiento estadístico, representó el deseo de encontrar la regularidad ante “el desorden”, la posibilidad de concebir un orden en lo social. La práctica de la estadística jugó el papel de productora de objetos y

fenómenos que se volvieron parte de los elementos medibles de las *ciencias sociales*, de esta manera plasmó en la organización de los datos empíricos, los imaginarios políticos, sociales y económicos de quienes la practicaron y celebraron. En las medidas estadísticas producidas durante el siglo XIX en México, encontramos conexiones entre prácticas y saberes, asociadas al quehacer de contar, inferir y calcular, que no son del todo evidentes. Es decir, que están contenidas en un complejo tejido de relaciones que hay que desenlazar para tener acceso a ellas. Intereses políticos, aspiraciones disciplinares, la conformación de objetos de conocimiento: el cuerpo, el territorio, la población, etc., son tocados por el deseo de medir y contar, ¿Cómo acceder a estos espacios sin desarticular sus relaciones? ¿Cuál es el sitio compartido entre los proyectos institucionales e individuales? La estadística ahora nos parece un elemento “natural” de la cientificidad, pero en el siglo XIX, su uso se acompañó de las dificultades por la construcción de objetos *medibles*, el cómo medir y con qué, fueron resueltos por la contingencia del objeto mismo.

En este sentido la constitución de los objetos se sujeta al carácter mismo de las investigaciones. Y aunque con diferentes herramientas e instrumentos, las mediciones, es decir los datos resultantes y extraídos, compartieron un mismo destino, producir objetos de conocimiento de lo nacional. La estadística entendida como un instrumento que se ejecuta mediante la actividad de la medición, sólo puede descifrarse mediante el estudio de sus prácticas. Para analizar estas prácticas y saberes que plasman las aspiraciones del siglo por la medición, se exploran los ejercicios de medición que los miembros de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística, (SMGyE, 1839) realizaron. La empresa de este trabajo es acercarse a los estudios estadísticos que en el marco de las actividades de esta sociedad, se publicaron como ensayos “científicos” en el *Boletín* de la SMGyE.

3º dia de exposição, 15¹², nove estudos históricos-culturales referidos ao século XX, a saber: o texto 15 (da Argentina) trata do papel dos médicos na formação das estatísticas nacionais, em prol do saneamento e da higienização, seguindo uma tendência mundializada; o texto 16 (do Brasil) trata do papel dos chamados demógrafos sanitarios na formação das estatísticas brasileiras (sob foco “moral”), nos primórdios da República (com realce à figura de Bulhões Carvalho); o texto 17 (do Brasil) trata da progressiva aceitação das estatísticas de educação no período que vai da segunda metade do Império às décadas iniciais da República (com realce às figuras de Teixeira de Freitas e de Lourenço Filho); o texto 18 (do Brasil) trata da utilização das estatísticas de educação, na perspectiva de Lourenço Filho, nas primeiras décadas da República; o texto 19 (do Brasil) trata, nos anos 1920, em Minas Gerais, das relações entre a estatística e a cartografia, com realce à figura de Teixeira de Freitas; o texto 20 (da Argentina) trata, com foco no censo de 1947, ao tempo de Peron, dos elementos essenciais à elaboração das estatísticas (pessoas, recursos, ciências, políticas, etc.); o texto 21 (do Brasil) trata da adequação, ou não, dos sistemas estatísticos em face de grandes mudanças estruturais, como a recente crise financeira que abalou o mundo; o texto 22 (do Brasil) trata da possível fragilidade da tão desejada e desejável autonomia e independência das instituições estatísticas, face a intervenções indevidas de natureza sócio-política; o texto 23 (do Canadá) trata da crescente harmonização, entre países, da atividade estatística, configurando um novo regime de informação basicamente homogeneizante.¹³

12 Proclamação da República no Brasil, em 1889, por um golpe militar contra a ordem monárquica constituída (nota pessoal de Nelson de Castro Senra).

13 Os textos 15 e 16 apresentam relações entre si, e também com os textos 12, 13 e 14, apresentados no dia anterior. Os textos 17 e 18 têm relações entre si, e também com o texto 11, apresentado no dia anterior. O texto 19 guarda alguma relação com o texto 11, apresentado no dia anterior. Os textos 21, 22 e 23 apresentam relações entre si, e também com o texto 2, exposto no primeiro dia.

15. *¿Cómo auscultar al cuerpo social? Médicos y estadísticas en la Argentina moderna (1880-1930); por Claudia Daniel*

En el transcurso del siglo XIX, en diversas naciones de Europa y América los médicos fueron adoptando un rol preponderante en la constitución de los campos estadísticos locales, impulsando investigaciones, creando instituciones especializadas (dentro y fuera de la burocracia estatal), motorizando proyectos editoriales que dieron publicidad a esas cifras. En México, los médicos higienistas participaron activamente del establecimiento de rutinas de recuento e influyeron en la realización de censos. (Cházaro, 2010; Mayer Celis, 1999) En Brasil, los demógrafos sanitarios protagonizaron grandes polémicas con los números oficiales y algunos de sus representantes alcanzaron posiciones gravitantes en el órgano principal de la estadística nacional. (Senra, 2007; Camargo, 2007) ¿Cuál fue la contribución del grupo profesional de los médicos a la institucionalización de la estadística en la Argentina? ¿Qué clase de vínculos ligaron a la corporación médica local con la burocracia técnica especializada del Estado? ¿Cuáles fueron las reacciones que despertaron los números públicos entre los miembros de esta comunidad profesional? De estas preguntas se ocupa el trabajo que se presenta. En las últimas décadas del siglo XIX, la modernización económica y social que atravesó la Argentina, producto de su estructuración como economía agroexportadora, la inmigración masiva y el crecimiento urbano acelerado, trajo consigo una serie de consecuencias sociales, que se expresaron como problemas de insalubridad, hacinamiento, pobreza y diversas formas de marginalidad manifiestas en las más grandes ciudades. En este contexto, la salud de la población se estableció como uno de los principales problemas sociales que preocuparon a la elite política porteña. Entonces, los médicos como poseedores de un saber especializado, y oficialmente acreditado, empezaron a ocupar posiciones en el Estado. Desde este lugar, propulsaron intervenciones públicas so-

Comunicações de Pesquisas

Boletim Estatísticas Públicas • n. 6 • Salvador, novembro 2010

bre la trama urbana (como las obras de salubridad), organizaron un dispositivo institucional para hacer efectivo el gobierno sanitario de la sociedad (con la creación del Departamento Nacional de Higiene en 1880), dando impulso local a la agenda higienista cuyo ideal era preservar y fortalecer la salud de la población. Por entonces, la enfermedad empezaba a ser configurada como una entidad independiente del enfermo particular, que tomaba como objeto al cuerpo social. Pero, ¿cómo auscultar a ese cuerpo colectivo, amplio, múltiple, dispar? ¿Sobre qué bases diagnosticarlo y prescribirle un tratamiento? ¿Qué instrumento le permitiría al médico distanciarse del caso clínico singular y mirar socialmente al enfermo? Un cierto grupo de médicos, inclinados por una voluntad reformadora, encontraron en las estadísticas las respuestas a estos interrogantes. Esta herramienta técnica se revistió así de una utilidad particular; pasó a ser un instrumento auxiliar para la “vigilancia” y el “mejoramiento” de la salud pública y un vehículo para reforzar la legitimidad de su agenda de intervención. Este trabajo se ocupa de estudiar la gravitación que alcanzó esta comunidad profesional en el proceso de institucionalización de la práctica estadística en la Argentina entre 1880 y 1930, partiendo de tres líneas de análisis: la colonización de la oficina encargada en el país de las cifras demográficas, la formación de cuadros para la estadística pública en el ámbito de la disciplina y las discusiones al interior de la corporación médica en torno al método numérico, reconstruidas a través de las páginas de las revistas especializadas entonces en circulación.

16. As estatísticas morais no discurso médico-higienista: o caso do Brazil-médico (1887-1923); por Alexandre de Paiva Rio Camargo

O problema da moralidade ocupou o centro do paradigma censitário vigente na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do XX. O cha-

mado “tipo nacional”, a mais célebre derivação do conceito de “homem médio” de Quetêlet, assinalava a convicção de que era possível mensurar e generalizar para toda a sociedade as inclinações morais e disposições psicofísicas que predominavam nos variados substratos sociais. A acelerada difusão que a estatística conheceu neste período, na forma de gráficos e tabelas seqüenciais, não pode ser dissociada da constituição desta disciplina como “ciência moral”. Os procedimentos estatísticos de objetivação tornaram-se um patrimônio comum de médicos, psicólogos e sociólogos, que se mostrou eficiente para atingir e convencer um público mais tradicional, composto por políticos, práticos e acadêmicos, de que seus postulados sobre a sociedade eram verídicos. Com o desenvolvimento das técnicas de regressão e correlação durante a década de 1880, este processo se acentuaria, inaugurando a possibilidade técnica de se conhecer a propensão do indivíduo ao crime segundo sua localização na chamada “curva normal”. Habilidades intelectuais poderiam ser previamente conhecidas segundo variações distribuídas entre os subgrupos populacionais e medidas pela lei dos grandes números. A capacidade de cada indivíduo seria medida por sua posição respectiva nessa distribuição, inspirando as decisões administrativas e intervenções no espaço público. Neste quadro, o presente trabalho tem por objetivo investigar a importância assumida pelas estatísticas morais no discurso dos higienistas brasileiros, em particular o lugar das patologias e dos comportamentos desviantes privilegiados em suas análises de perfil demográfico, dedicadas a redimir uma nação condenada pelas epidemias e pela mestiçagem. Examina-se o período de atuação dos chamados “demógrafos-sanitaristas”, estudiosos da epidemiologia e da saúde pública que aportaram uma dimensão mais teórica à produção e análise das estatísticas. Dentre eles, destacaremos a figura central de José Luiz de Bulhões Carvalho (1866-1940), que acumulou a coordenação nacional dos dados oficiais (liderando a Diretoria Geral de

Estatística), a organização do censo de 1920 e a longa editoria do *Brazil-médico*, o mais relevante periódico científico da área, publicado entre 1887 e 1923. Pretendemos explorar os temas e as controvérsias de fundo estatístico nos trinta e seis anos de produção do periódico, para realçar os consensos e dissensos que se manifestaram nos pontos de vista dos autores, especialmente em relação aos modos de uso da estatística. Ademais, serão confrontadas as tomadas de posição dos médicos que se responsabilizavam pela produção dos números oficiais e as daqueles que se resumiam a usuários potenciais, com o objetivo de delimitar um campo estatístico.

17. Considerações sobre a legitimidade das estatísticas de educação no Brasil (1871-1940); por Natália de Lacerda Gil

É evidente o destaque que as estatísticas têm na atualidade como elemento fundamental de diagnóstico das situações sobre as quais se quer atuar. No Brasil, as estatísticas consolidaram essa legitimidade explicativa entre o final do século XIX e início do século XX, quando, no país, surge um empenho por parte dos intelectuais e funcionários de governo no sentido de construir um Estado nacional moderno cujas linhas estavam dadas pelas nações desenvolvidas, sobretudo da Europa e os Estados Unidos, às quais o país pretendia se equiparar. O presente estudo procura recuperar nos discursos que evocam as estatísticas de educação alguns dos elementos que permitem compreender como se consolidou essa legitimidade dos números. Foram investigados, em especial, relatórios e demais publicações produzidos por órgãos centrais responsáveis pela produção dos números do ensino entre 1871 e 1940. Pela leitura de textos que divulgam e analisam esses números, foi possível notar a vasta defesa acerca da utilidade dessas informações no planejamento e avaliação das políticas de educação.

Descritas como objetivas, exatas, neutras, verdadeiras, imparciais etc., as estatísticas são consideradas elemento fundamental na administração educacional, tendo supostamente a vantagem de substituir as decisões pautadas na rotina, no acaso ou na simples vontade dos governantes. Buscou-se, ainda, ressaltar a complexidade que orienta a inteligibilidade dos números. Pretendeu-se, deste modo, apontar algumas das questões a serem observadas quando da utilização das estatísticas de educação produzidas no período investigado, que, em grande medida, são elementos de reflexão também para o uso que delas se faz na atualidade. Sujeitas a controvérsias nos seus espaços de origem e correspondendo a um ângulo de apreciação (entre outros) das situações que procuram descrever e prever, as estatísticas são transpostas para o meio educacional frequentemente livres de constrangimentos e tomadas como descrições completas e melhores porque numéricas. Buscou-se aqui argumentar que, ao contrário do que comumente ocorre, é preciso submeter as estatísticas a um exame crítico do modo como foram produzidas e da adequação desses elementos nos discursos e práticas educacionais.

18. Usos da Estatística, mensuração psicológica e educação no Brasil: a perspectiva de Lourenço Filho; por Odair Sass

Como um desdobramento das relações estabelecidas entre a Estatística e Psicologia na constituição do campo educacional explora-se, neste trabalho, com base em dois textos de Manoel B. Lourenço Filho [1897-1970]: (a) a expansão e diversificação dos serviços oficiais de estatística em educação bem como os seus usos, de acordo com a perspectiva adotada em *Tendências da educação brasileira* (2002), publicada originalmente em 1940. Segundo o autor, a finalidade dos métodos estatísticos aplicados até as primeiras décadas do século XX vol-

taram-se mais para os recenseamentos escolares, a aferição da rede física de escolas, a organização pedagógica (seleção de alunos e organização de classes homogêneas, avaliação do nível mental e curvas de aprendizagem), a implementação da pedagogia experimental e administração escolar (contagem de matrículas, conclusões, deserção escolar, magistério, inspetoria escolar, entre outros) (Lourenço Filho, 2002); (b) o desenvolvimento da mensuração psicológica e educacional, no Brasil, tal como ela foi conduzida e realizada pelo autor e pesquisadores a ele associados mediante a elaboração padronização e aplicação dos Testes ABC para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita (2008).

Validado, por meio da aplicação de técnicas básicas de inferência estatística disponível à época, ao final da década de 1920 e publicado pela primeira vez em 1931, os testes ABC repercutiram tanto na organização das classes e práticas docentes da escola primária brasileira, quanto em diversos países latino-americanos e europeus, como pode ser aferido pelo número de publicações e diversidade de idiomas para os quais foi traduzido. A articulação desses dois tópicos permite evidenciar a convergência de duas disciplinas do conhecimento científico originalmente tão distantes no escopo da ciência modernas como são os casos da Psicologia—dedicada ao estudo do comportamento do indivíduo e a estruturação do psiquismo—e a Estatística—voltada para a contagem, organização, descrição e análise de conjuntos numéricos, sejam eles sociais, sejam eles relativos à natureza extra-humana. Procura-se evidenciar o papel desempenhado por Lourenço Filho para a ampliação e relevância da Estatística no exercício do controle social sobre a esfera da educação e do indivíduo, de um lado, e suas contribuições para o desenvolvimento da psicometria, da psicologia experimental e psicologia como tecnologia aplicada à educação, da estatística descritiva e da inferência estatística, de outro.

19. Cartografia e estatística em Minas Gerais nos anos 1920: a atuação de Teixeira de Freitas; por Maria do Carmo Andrade Gomes

Pretende-se apresentar parte dos resultados da pesquisa de doutorado defendido em 2005 no programa de História da UFMG. A comunicação tratará das relações políticas e técnicas que se estabeleceram entre a cartografia e a estatística no estado de Minas Gerais na década de 1920. Tendo como marco inicial desse processo as iniciativas oficiais voltadas para a comemoração do Centenário da Independência (1922) todo um programa governamental voltado para a produção de estatísticas e de uma cartografia celebrativa foi então implementado. O centenário da independência do Brasil foi um momento de reafirmação da nacionalidade brasileira pela elite republicana, em meio a uma crise econômica e às ameaças de ruptura do pacto oligárquico que sustentara até então o regime. Configurava-se um contexto propício à *invenção das tradições* e à reencenação do debate inconcluso sobre a nação brasileira. Na capital federal, Rio de Janeiro, foi montada a Exposição Internacional do Centenário, como culminância do processo de celebração do progresso e da civilização inaugurados com a República. Nos estados, os festejos do centenário buscavam a afirmação da identidade regional como reforço do pacto federalista da república. Em Minas Gerais, o governo promoveu atividades cartográficas e estatísticas como partes integrantes de um mesmo programa de conhecimento e modernização do estado, cujos produtos deveriam ser expostos durante as comemorações do centenário. Esse programa resultou no recenseamento estatístico do estado, no levantamento dos limites municipais e distritais e no redesenho da carta política do estado. Em 1922, o programa oficial do estado para as comemorações levou à criação da Comissão Mineira do Centenário, cujo objetivo maior foi garantir a presença mineira na Exposição Internacional do Rio

de Janeiro. Na construção de uma narrativa sobre a tradição, a riqueza e a prosperidade do estado, a representação cartográfica, articulada com a estatística, foi um recurso fundamental. O programa teve continuidade ao longo da década, tendo resultado numa série de publicações estatísticas e cartográficas, como o *Atlas Corográfico Municipal* (1926) e na elaboração da Carta Física e Política do Estado (1930), com o caráter de síntese descritiva e visual do estado. À frente das iniciativas encontrava-se o jovem advogado baiano Mário Augusto Teixeira de Freitas, delegado da Diretoria Geral de Estatística encarregado da formulação dos projetos estatísticos em Minas Gerais. Sua atuação foi decisiva para o êxito das campanhas e para a qualidade das publicações estatísticas e cartográficas que marcaram a década mineira, modelo para outras experiências de políticas públicas. Desde sua chegada a Belo Horizonte, demonstrou grande habilidade em integrar-se ao meio político e técnico-científico mineiro e construir uma trajetória de êxitos que culminariam, nos anos 1930, com a criação do IBGE.

20. *El Cuarto Censo General de la Nación (1947) y la planificación peronista; por Hernán Gonzáles Bollo*

En la década de 1940, el peronismo en el poder heredó del estado interventor conservador una estadística pública experimentada en la organización de censos (agropecuario, desocupación, escolar, hipotecario e industrial) y en la medición periódica de variables (balanza comercial, circulación monetaria, ocupación y salarios, índices de precios mayoristas y minoristas, volumen físico de la producción), que había delineado la economía argentina como una entidad global, un flujo de bienes y servicios, privados y públicos. La flamante Secretaría Técnica de la Presidencia de la Nación jerarquizó tales cifras y las instituciones responsables, al integrarlas como recursos estratégicos para erigir la *Nueva Argentina*. Para poner en marcha el Primer Plan Quinquenal

(1947-1951), realizó una centralización estadístico-censal ejecutiva y metodológica y organizó y levantó el demorado Cuarto Censo General de la Nación (1947). En nuestro trabajo, proponemos una historia neoinstitucional de la estadística pública, en la que interactúan creativamente los especialistas y funcionarios, las mediciones, los conceptos, los responsables militares y políticos, el campo universitario, el clima de ideas y el contexto social. Las siguientes preguntas conforman los ejes articuladores: ante el notable retraso del Cuarto Censo, ¿qué expectativas tenían los militares nacionalistas y los dirigentes peronistas sobre los resultados finales? Frente a la organización censal, ¿quiénes asesoraron en el diseño de los cuestionarios? Respecto el despliegue territorial, ¿quiénes colaboraron? En relación a la planificación, ¿de qué forma se utilizaron los datos elaborados? Para desarrollar estas cuestiones, tenemos presente tres líneas de investigación que renuevan las perspectivas sobre el estado argentino: a) el análisis desagregado de la organización y dinámica institucional de las agencias estadísticas; b) la autonomía enraizada (*embedded autonomy*) de las burocracias públicas para abordar y resolver problemas, gracias a la vinculación con las estructuras sociales circundantes; y c) el enfoque microhistórico, que permite establecer una reflexión inductiva sobre el funcionamiento de las políticas públicas nacionales.

21. *Transformações estruturais e sistemas estatísticos nacionais; por Carmem Feijó; Elvio Valente; Paulo Gonzaga M. de Carvalho*

Entendendo as estatísticas como uma representação da realidade sócio-econômica, este texto discute como a crise financeira internacional recente colocou em questão o sistema de estatísticas econômicas oficial. O aumento do grau de incerteza dos agentes econômicos, generalizou comportamentos defensivos com consequências negativas sobre o ritmo de atividade, demandando do governo

Comunicações de Pesquisas

Boletim Estatísticas Públicas • n. 6 • Salvador, novembro 2010

medidas intervencionistas contra-cíclicas. A crise econômica atual, originalmente financeira, teve e continuará a ter impactos bastante significativos sobre o lado real da economia, incluindo todas as economias desenvolvidas no mundo, com reflexos sobre o mundo em desenvolvimento. Sabia-se, desde agosto de 2007, que o sistema financeiro começava a ratear, obrigando os bancos centrais a intervir para dar liquidez ao sistema bancário. Entretanto, o estopim para o agravamento do quadro se deu com a quebra do Lehman Brothers em setembro de 2008, quando então os mercados financeiros realmente entraram em pânico. A hipótese de que os mercados sempre tendem ao equilíbrio não se verificou, havendo a concordância de que os excessos dos mercados financeiros se deveram à incapacidade de regulação sobre os mesmos.

Mais recentemente, com a crise nos países da União Européia, os temores de nova onda de pânico nos mercados financeiros mundiais se faz presente. Em linhas gerais, os graves acontecimentos na esfera da economia internacional mostra é que as informações disponíveis podem ser consideradas como bastante eficientes para revelar o que aconteceu, em especial a queda no emprego e na renda, mas como gerar informações em curto espaço de tempo que permitam administrar as expectativas num ambiente de grande incerteza? Ademais, dado os desdobramentos da crise, como antever estatísticas de monitoramento para setores/agentes com maior grau de vulnerabilidade? Que estatísticas são necessárias para monitorar o mercado de ativos, em especial os de risco? Nosso sistema estatístico sempre privilegiou a contabilidade dos fluxos em detrimento da de estoques. Já não será o hora de reequilibrarmos a balança? Cremos que estas e outras questões estão postas para os sistemas estatísticos nacionais.

22. *As instituições públicas estaduais brasileiras voltadas para a produção e disseminação de estatísticas públicas, estudos e pesquisas e planejamento*

e os desafios da contemporaneidade; por Cesar Vaz de Carvalho Junior; Edmundo Figueiroa

O presente trabalho pretende discutir as fragilidades, a expertise e os desafios dos organismos públicos estaduais de pesquisa, estatística e planejamento frente as atuais mudanças na sociedade brasileira e as mudanças na demanda por informações.

“Os pitboys de Cristina: O governo Kirchner contratou baderneiros para ameaçar funcionários públicos que não aceitam manipular estatísticas. Esta matéria da Revista Veja retrata bem o quadro de fragilidades”.

A tese é de que a estrutura política, econômica e social sobre a qual estes institutos foram construídos mudou bastante no país, porém, as estruturas institucionais, jurídicas e administrativas destes organismos permaneceram as mesmas. Mesmo com a criação de uma Associação Nacional – a ANIPES, estes institutos, à imagem do Argentino, permanecem à mercê das mudanças políticas, das crises econômicas. Não existe uma política de Estado que garanta uma estabilidade de longo prazo para estas instituições, seja em relação a sua missão, seja em relação a sua natureza jurídica, seja em relação a sua programação ou a sua estrutura organizacional. O apoio dos possíveis parceiros nacionais para o fortalecimento destes institutos - a exemplo do IBGE na área das estatísticas oficiais e do IPEA na área dos estudos e pesquisa - é praticamente inexistente e se limita a algumas poucas ações de parcerias para elaboração de trabalhos, como é cosa das Contas Regionais com o IBGE e de alguns estudos pontuais com o IPEA. O Brasil mudou na política com a democratização e o novo pacto federativo após a Constituição de 1988, na economia com o Plano Real, na gestão das Políticas Sociais com o Bolsa família etc. Estas transformações levam a novas demandas por informações e, portanto, maiores desafios para os institutos estaduais que têm que fazer readequações de produtos existentes, desenvolvimento de novos etc, tudo isso sem mudanças estruturais importantes. O texto busca fazer uma

reflexão sobre as mudanças na sociedade brasileira a atual relação entre o conjunto dos organismos estaduais, a ANIPES, o IBGE e o IPEA com o objetivo de buscar caminhos inovadores frente às questões atuais e futuras a enfrentar. O desafio é buscar estratégias e táticas para uma ação conjunta dos diversos institutos estaduais, coordenada pela ANIPES, para que se crie uma cultura entre os gestores públicos de que o produto destas instituições se constitui em um bem público e, que, para a produção e disseminação das estatísticas e dos estudos e pesquisa deverá ser formulada uma política pública de estado, que garanta, estabilidade administrativa, jurídica e financeira e autonomia na produção e disseminação do produto do trabalho institucional.

23. La transformation du travail statistique dans le contexte du nouveau régime statistique (de 1980 à nos jours) et l'émergence d'une socio-histoire de la statistique; por Jean-Pierre Beaud

Les trente dernières années ont vu le travail statistique se modifier de façon très substantielle. C'est ce qui nous a conduit à parler d'un nouveau régime statistique (Senra et Camargo, 2010, 37-65). L'objectivation, qui a presque toujours caractérisé la pratique statistique, prend, par exemple, une forme particulière du fait, entre autres, de la place accordée aujourd'hui à la subjectivité des individus. Nous proposons, dans cet atelier, de nous interroger sur le nouvel agencement de structures, normes et pratiques qui caractérise ce nouveau régime statistique, d'une part et, d'autre part, sur les conceptions qui, au cours de cette même période, se sont peu à peu imposées au sein de la communauté des scientifiques (composée de chercheurs universitaires, mais aussi de chercheurs actifs au sein des appareils statistiques) relativement à l'étude de la statistique (on parlera ainsi de construction sociale des concepts, catégories et données statistiques, de mise à distance, de technologie, ..., et l'on s'inspirera d'auteurs comme Foucault, Bourdieu, Hacking ou

même Latour). Nous posons qu'il existe des liens (complexes, certes) entre les transformations dans l'espace du travail statistique et les nouvelles façons de concevoir la recherche sur la statistique. C'est plus particulièrement à ces liens que nous consacrerons notre réflexion. Ce sera l'occasion de s'interroger à la fois sur les bureaux producteurs de chiffres, les statisticiens qui y travaillent, les artefacts qu'ils produisent, les « publics » qui sont le produit du travail statistique et qui, en retour, influent sur ce même travail, la communauté des chercheurs qui cherche à rendre compte de l'ensemble du processus statistique et même l'administration étatique qui, par ses demandes et les ressources qu'elle attribue aux bureaux de chiffres, oriente la production statistique.

Dado esse conjunto de resumos, por sua óbvia qualidade e densidade e variedade temática, pode-se afiançar o sucesso desse simpósio, evidenciando, mais e mais, a propriedade de se desenvolver estudos sócio-históricos das estatísticas. Não reste dúvidas, as instituições estatísticas (nacionais; federais ou estaduais ou municipais), teriam muitos ganhos, evidentemente, se estimulasse esses estudos, e o fizessem não apenas organizando seus acervos documentais, mas também através da criação de linhas de recursos financeiros para pesquisas. Não se trata de defender o monopólio desses estudos das estatísticas nas instituições estatísticas, mas apenas de também realizá-los, *per se*, ou em associação com centros de estudos e pesquisas acadêmicos.¹⁴ E só nos resta almejar que logo venham outros eventos dessa natureza, consolidando, ainda mais, uma comunidade nacional e internacional voltada aos estudos sócio-histórico das estatísticas (e temas afins, como a cartografia, os recursos naturais, os indicadores, etc.).

¹⁴ A esse propósito, leia-se: SENRA, N. C. Memória e História no IBGE: uma experiência replicável nos órgãos estaduais de estatística. *Boletim de Estatísticas Públicas* (Anipes, Salvador), v.5, p.16 - 26, 2009.